



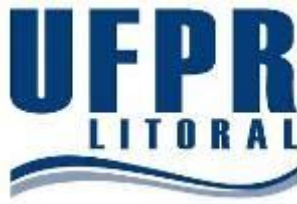
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

Daniele Corrêa da Silva

A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MATINHOS, PR

Julho/ 2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

Daniele Corrêa da Silva

A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Relatório de Projeto de Intervenção apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis da UFPR – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação Diversidade e Inclusão

Professor Orientador: Danielle Marafon

MATINHOS, PR

Julho/ 2015

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

Aos doze dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala temática 25A - Educação Infantil os membros da banca examinadora: Danielle Maranhon (orientador),

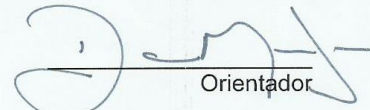
Guisele de Moraes e Márcio Cesar Vitorio Agundes para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: Danielle Corrêa da Silva

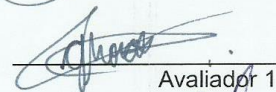
sob o título:

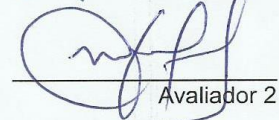
A diversidade na Educação Infantil

Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito APL.

Nada mais havendo a tratar, eu Danielle Maranhon (orientador) lavrei a presente ata, a qual será assinada pelos membros da banca.


Orientador


Avaliador 1


Avaliador 2

Danielle Corrêa da Silva
Cursista

Dedico este trabalho à minha família, aos meus amados filhos, ao meu marido que sempre está ao meu lado me apoiando em todos os momentos e a Deus, que sempre me dá força para que eu vença as dificuldades diárias.

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”.

Immanuel Kant

RESUMO

Existem várias formas de analisar a diversidade dentro do cenário da Educação Infantil. Da mesma forma que se pode pensar a diversidade apenas pelo que tange às diferenças individuais entre as crianças dentro da sala de aula, ou às diferenças raciais, culturais, religiosas e de gênero, também se pode atentar à diversidade criada pelo poder aquisitivo que desde muito tempo separa as crianças pelas condições econômicas de sua família. O governo, mesmo criando leis que garantem direitos iguais a todas as crianças, não cria políticas que realmente efetivem as leis que regulamenta e então, não tendo condições de atender a todas, acaba deixando parte da população desprovida de atendimento. As últimas décadas foram marcadas por mudanças significativas no atendimento público e privado às crianças de zero a seis anos de idade. Porém, as diferenças continuam existindo e cabe ao professor atentar seu olhar para o assunto não para igualar as crianças, e formar a criança ideal como já se fez no passado, mas para que ensine o respeito, o orgulho pela sua identidade e a convivência pacífica entre diferentes, que em suas diferenças são iguais, especiais e únicos. O trabalho apresenta uma base teórica onde buscou-se verificar a história do atendimento na Educação Infantil brasileira observando a evolução das leis e do pensamento sobre a criança bem como olhar para a prática diária e documentação em escolas e Centros de Educação Infantil onde a diversidade deve ser um assunto vivo, e não apenas um item do currículo a ser pontuado em algum momento do ano letivo.

Palavras-chave: Diversidade. Educação Infantil. Políticas Infantis.

ABSTRACT

There are several ways to analyze the diversity within the Early Learning setting. Just as one may think diversity only by the respect to individual differences among children in the classroom, or to racial, cultural, religious and gender, you can also attend to the diversity created by purchasing power since much time separating children by economic conditions of his family. The government even creating laws that guarantee equal rights to all children, it does not create policies that really effect to the laws regulating and then having no position to meet all ends up leaving the population deprived of care. The last decades have been marked by significant changes in the public and private care to children from birth to six years old. However, differences still exist and it is up to the teacher attend your looking for it not to match the children, and form the ideal child as has been done in the past, but to teach respect, pride in their identity and peaceful coexistence across, which their differences are equal, special and unique. The paper presents a theoretical basis which sought to check the history of care in Brazilian Early Childhood Education observing the evolution of laws and thinking about children as well to look for daily practice and documentation in schools and Early Childhood Education centers where diversity should be a live issue, not just an item of the curriculum to be scored at any time of the school year.

Keywords: Diversity. Childhood Education. Children policies.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	09
2. A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	11
2.1. A SEPARAÇÃO PELO PODER AQUISITIVO	11
2.2. A DIVERSIDADE ENCARADA COMO DEFICIÊNCIA CULTURAL	14
2.3. A DIVERSIDADE RACIAL E CULTURAL COMO PARTE DO CURRÍCULO	17
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

A evolução histórica e social da humanidade transitou por vários conceitos e delimitações do universo infantil e conseqüentemente a forma como a criança era vista e tratada socialmente.

Na Antiguidade Primitiva, as crianças aprendiam com seus pais. Os meninos caçavam com os homens, as meninas acompanhavam as mães.

Na Grécia a partir do século V, a educação visava formar o cidadão e deixou de basear-se apenas na ginástica, música e gramática.

A educação na Roma arcaica buscava principalmente a formação moral e física. No período medieval, o cunho religioso da educação era predominante. O movimento renascentista retirou o peso religioso dado ao ensino valorizando o ser humano e educação grega e romana. Nas artes buscava-se a retratação fiel da realidade.

O período moderno foi marcado pela forma como a criança era vista na sociedade. Se em momentos anteriores esta foi vista e tratada apenas como adulto em miniatura, agora, a família voltou seus olhos para a criança entendendo sua diferença e suas necessidades diferenciadas. A escola também passou a respeitar o desenvolvimento infantil.

Após a Revolução Industrial a sociedade proibiu o trabalho infantil criando o dilema social do que se fazer com a criança enquanto os pais precisavam trabalhar para sustentar a família.

Nesse contexto o governo tomou para si a responsabilidade de cuidar da infância com a criação de creches que, públicas, não tinham cunho educacional, apenas assistencial, ou seja, garantir as necessidades básicas infantis principalmente no que tangia à higiene e alimentação enquanto os pais estavam ausentes, no trabalho. Surgiu também no mesmo período os jardins de infância, destinados aos filhos das classes mais abastadas que, além do cunho assistencial já possuíam atividades intelectuais na perspectiva de desenvolver as habilidades e múltiplas inteligências infantis.

A diversidade do atendimento infantil flui por essas duas vertentes separando então as crianças pelas suas condições econômicas. Porém a diversidade possui outras vertentes dentro do contexto escolar passando pelas diferenças de gênero, raciais, religiosas e até mesmo da composição familiar.

Trabalhar a diversidade na Educação Infantil requer do professor, não somente uma visão micro voltada à formação de condutas apropriadas ao relacionamento entre as crianças bem como a compreensão da macro estrutura que define as políticas educacionais públicas que em muitos momentos se chocam com os objetivos das Propostas Político Pedagógicas dos estabelecimentos no que tange à formação de cidadãos críticos, capazes de interagir e transformar a sociedade.

2. A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1. A separação pelo poder aquisitivo

Segundo Kishimoto em sua obra *Os Jardins de Infância e as Escolas Maternais de São Paulo*, no início da República, em 1875 surge o primeiro jardim de infância em nosso país. Com estrutura particular, inspirado nas propostas de Froebel que acreditava que a infância era uma fase extremamente importante na formação da pessoa e atendimento voltado aos filhos da aristocracia carioca, além de garantir as necessidades básicas, focava em sua preparação para o ingresso à escola inserindo em seu contexto atividades lúdicas, físicas e artísticas.

Na época, seu fundador, Menezes Vieira defendia a criação de espaços públicos voltados ao atendimento das crianças de baixa renda e crianças negras libertas. No entanto, apenas 21 anos depois é que surge o primeiro jardim de infância público em São Paulo, e também a primeira creche, através da fábrica de tecidos Corcovado, que objetivava cuidar dos filhos das operárias.

A creche surgiu no Brasil, segundo Braverman (1981), acompanhando a urbanização, a industrialização além da saída da mãe das classes sociais mais baixas, que tradicionalmente cuidava dos filhos da casa, para o mercado de trabalho, principalmente fabril com alta carga horária, ficando assim a criança, sem ter um responsável em casa, a creche supria a necessidade dos cuidados básicos que ela já não podia ter da família.

Assim, além de liberar a mãe para o trabalho fora, a creche vinha garantir a integridade física das crianças além de mantê-las nutridas, o que diminuía também o número de doenças. Inicialmente criada especialmente para os filhos de operários, de forma filantrópica ou por associações religiosas, tinham cunho exclusivamente assistencial, não havia preocupação com o desenvolvimento intelectual da criança durante o período em que era atendida.

A diferença principal entre a creche e o jardim de infância, além da condição socioeconômica das crianças atendidas estava nos objetivos da ocupação do tempo. Na creche, o cunho assistencial, o cuidar da criança em suas necessidades básicas de alimentação e higiene representavam o objetivo principal enquanto no jardim de infância se transmitia valores morais e culturais seguindo padrões europeus. Em

suma, cuidava-se do filho do pobre, enquanto preparava-se o filho do rico para atuar socialmente.

De qualquer forma, em ambos os espaços, homogeneizava-se as diferenças, negava-se a diversidade. Não se respeitava as diferenças familiares, culturais, religiosas na padronização do atendimento e transmissão dos conhecimentos historicamente adquiridos nos jardins de infância, bem como havia constante crítica aos pais no atendimento das creches, criando uma barreira, como um muro, separando o saber ou atendimento prestado por ambas da vida pessoal da criança fora daqueles espaços.

uma das metas para consolidar a construção da República era a de constituir um “povo brasileiro” que falasse uma única língua, comungasse tradições, crenças religiosas, compartilhasse hábitos sociais, estando assim imerso em um processo de civilidade e de modernidade. Afinal, a grande função da escolarização, seja no ensino primário ou na educação infantil, era o de transformar primeiramente as crianças em alunos e estes, posteriormente, em futuros cidadãos do Brasil. (MENEZES & FRANCISCO, 2009, p.8,9)

A democratização do acesso ao ensino na década de 60, segundo Barbosa (2009), levantou a importância da educação infantil quando verificou-se a diferença no desempenho das crianças que primeiro frequentaram jardins de infância e encontravam-se assim mais aptas ao desenvolvimento das atividades propostas pelos hábitos adquiridos anteriormente. No entanto a criação de pré-escolas não foi realizada pelo governo que buscava junto à iniciativa privada, o cumprimento dessa missão. Assim, fábricas que tivessem em seu quadro de funcionários mães com filhos pequenos, deveriam obrigatoriamente oferecer espaço e cuidados a essas crianças.

Nas décadas de 70 e 80 surgem pré-escolas alternativas, de cunho particular, principalmente em São Paulo que mais do que o caráter assistencialista, buscaram respeitar os interesses, dar liberdade de expressão à criança e valorizar atividades lúdicas, artísticas e criativas, eram a representação do momento político e social que o Brasil atravessava e se colocaram em oposição à ideologia dominante.

Na década de 80, o processo de transformação política enfatizou a ideia de que a educação precisava ser democrática e deveria ser formulada procurando atender a todas as crianças brasileiras tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo (é realmente nesse período que o país atinge com escolaridade fundamental quase todas as crianças de 7 a 14 anos). Nesse período, entra em cena a defesa da escola única como a forma de superar as desigualdades e diferenças sociais. (BARBOSA, 2009).

A década de 80 marcou relevantes avanços ao atendimento infantil com a garantia do direito à Educação Infantil na Constituição de 1988 tanto o realizado em creches como o realizado em pré-escola sendo este um dever do Estado. Além disso, deixou claro, a importância da Educação Infantil, no que tange ao desenvolvimento das habilidades e inteligências da criança, universalizando o acesso que deixa de ser apenas de caráter assistencial e passa a ganhar um caráter educacional e social.

Legalmente a Educação Infantil passou a fazer parte do sistema de ensino apenas no ano de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compreendendo as creches com atendimento voltado para as crianças de zero até os três anos de idade e as pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos determinando o vínculo obrigatório que existe entre o atendimento realizado para as crianças desde seu primeiro ano de vida e a educação escolar.

Atualmente, a creche mudou de nome, passou a ser chamada de Centro de Educação Infantil, suas atividades são norteadas por Propostas Político Pedagógicas, em reuniões com professores e pais, segue também orientações gerais transmitidas pelo Ministério da Educação, são supervisionadas por núcleos estaduais e subordinadas à Secretaria Municipal de Educação e não tem apenas o caráter assistencial. Hoje, o Centro de Educação Infantil atende crianças a partir do quarto mês de vida, quando a mãe sai da licença maternidade e retorna ao mercado de trabalho até os quatro anos de idade. Aos cinco anos a criança é abrigada na escola frequentando turmas de pré-escola e se adaptando ao novo ambiente que frequentará a partir do primeiro ano.

Em turmas selecionadas pela idade da criança: Berçário, Maternal I, Maternal II, e Jardins, cada fase apresenta um currículo especialmente desenvolvido para que além das necessidades básicas, sejam inseridos conteúdos historicamente construídos (como o trabalho com datas comemorativas) situando socialmente a criança, bem como atividades de estimulação física e intelectual que visam desenvolver suas múltiplas inteligências e não somente mantê-las ocupadas enquanto as mães trabalham.

Sendo mantidas pelo Poder Público, são gratuitas e seus professores passam por constantes atualizações oferecidas gratuitamente bem como são incentivados à formação continuada.

No entanto, ainda há também, paralelamente ao Centro de Educação Infantil o atendimento privado, que igualmente separa as crianças pela sua condição financeira e nestes espaços o que é transmitido à criança também se torna um diferencial. Repetindo a história dos jardins de infância, nestes espaços os alunos não somente são cuidados como aprendem conhecimentos relevantes. No atendimento privado a criança aprende números, letras e desenvolve mais suas potencialidades do que no espaço público que, por subordinação, é proibido de trabalhar estes conceitos.

Nota-se então que mesmo com a evolução do conceito de infância, do direito da criança, a diversidade pelo poder aquisitivo é uma barreira que dificilmente será superada, principalmente em nosso país.

Desta forma, o Ensino Infantil público, que ainda hoje não atende toda a demanda, prioritariamente abriga as crianças com menor poder aquisitivo, excluindo as com maior poder aquisitivo, mesmo sabendo que estas também têm direito ao atendimento ofertado pelo estado. Ou seja, a diversidade pelo poder aquisitivo age na exclusão daquelas que podem pagar que só serão atendidas quando sobram vagas e não de forma igualitária no direito ao atendimento pelo poder público.

Por outro lado, as famílias que possuem maior poder aquisitivo muitas vezes por uma questão de status ou por não conseguirem o atendimento gratuito optam por inserir suas crianças no ensino privado buscando melhor qualidade do atendimento ou mesmo qualquer atendimento que atenda sua necessidade.

2.2. A diversidade encarada como deficiência cultural

Barbosa (2009) ainda destaca que, ao ingressar na escola regular, no antigo primeiro grau, notava-se a diferença clara entre as crianças que frequentaram algum espaço de formação anteriormente e aquelas que haviam sido criadas apenas pelos seus pais ou parentes. Desta forma, a diversidade de formação até a entrada na escola era encarada como uma deficiência cultural.

O fracasso escolar dessas crianças estava marcando o ensino brasileiro na década de 70 o que levou o Estado a pensar em programas de educação compensatórios para sanar as dificuldades que essas crianças tinham em aproveitar corretamente e satisfatoriamente o conteúdo escolar. Colocou-se então no pré-escolar a tônica necessária para que este curso amenizasse as diferenças culturais

e fornecesse a base que as famílias, principalmente as de baixa renda não transmitiam às crianças, o que lhes impedia de ter sucesso educacional. Ressalta-se que, o fracasso não era culpa da escola, era culpa da família que não ofereceu o alicerce adequado para que a criança conseguisse o sucesso necessário.

Inclusive nesta época destacaram-se as questões linguísticas como determinantes ao fracasso. Acreditando-se que as famílias de baixa renda formavam crianças com deficiências de linguagem (falar menos ou falar errado) que produziam efeitos drásticos no rendimento escolar. Ou seja, as crianças eram todas iguais, ricas e pobres, no entanto, a criança pobre estava incompleta pela falta de estímulos adequados que a família não conseguiu transmitir. O que se levava em conta na escola era o padrão da classe dominante. A linguagem culta da classe dominante, os conhecimentos historicamente construídos que deveriam ser transmitidos a todos mas, que as crianças das classes dominantes já estavam mais familiarizados de uma forma ou de outra, pela sua criação, pelos seus contatos fora da escola, pelas suas vivências sociais ou em viagens, o que obviamente era privado ao filho do trabalhador, da classe operária.

Na escola o ensino não era individualizado, considerando a criança como um ser único, diferente e único em suas especificidades, e do meio onde está inserida, pelo contrário, era generalizado, padronizado levando a uma alta taxa de evasão e repetência por aqueles que não conseguiam se adequar aos procedimentos e aprender.

Estas lacunas, carências ou ausências, no entanto, deveriam ser preenchidas em algum nível educacional na busca do sucesso escolar. Como o fracasso acontecia justamente na entrada da criança à escola, o ensino pré-escolar buscava de todas as formas possíveis, minimizar as lacunas apresentadas por essas crianças e prepara-las para o ingresso na escola, o que levantava também outra questão: não estaria o governo apenas antecipando o fracasso?

Mais uma vez, vemos o ensino a tratar a diversidade como algo que apenas destoa à regra e que precisa ser corrigido de alguma forma. Continua-se nesta concepção, a tratar a criança a partir de uma métrica onde ela teria mais ou menos pontos, mais ou menos habilidades, estava mais ou menos pronta para o sucesso escolar. A diversidade sendo encarada como sinônimo do que falta, ausência, carências, apenas.

Segundo Patto (cita Mantovanini), em textos da década de 80 há três tipos distintos de afirmações justificando o fracasso escolar: A dificuldade pelas condições de vida. A escola pública para alunos de classe média. Discriminação de alunos pobres. Ou seja, a escola não estava preparada para atender crianças das camadas sociais mais baixas, e estas ao não se adequar ao ambiente escolar, acabavam excluídos dele.

À medida que a psicologia se constitui como ciência experimental e diferencial, o movimento escolanovista passou de seu objetivo inicial de construir uma pedagogia afinada com as potencialidades da espécie, à ênfase na importância de afiná-la com as potencialidades dos educandos. (PATTO, 1999, p.87)

As novas pedagogias educacionais que foram estabelecidas a partir da década de 90 enfatizam que a criança é um ser único e que deve não somente ser respeitada em sua individualidade como tem o direito de um atendimento personalizado para que consiga aprender. A escola deve acolher as diversidades.

Dentro do ambiente escolar antes a culpa pelo fracasso era da família e recai agora sobre o professor a responsabilidade de levar o aluno do seu saber até o saber sistematizado utilizando para isso qualquer recurso que julgue relevante.

A culpa do fracasso escolar agora saiu do aluno, do seu meio, da sua condição socioeconômica e passou para a escola, mas não para a escola enquanto conjunto de profissionais e metodologias, disfarçadamente ela está alojada na figura do professor que, tendo todos os meios para, deve conseguir levar o aluno a aprendizagem ideal para a série estipulada no currículo básico e na Proposta Político Pedagógica do estabelecimento.

Essa sobrecarga adicional de responsabilidade ao professor, que assumiu em seus ombros o peso de zerar o fracasso escolar, mas nem sempre conta com os recursos apropriados para cumprir esta missão, visto que o modelo de escola pouco mudou e em muitos lugares o professor não conta com nada além de um quadro negro e giz em suas mãos, leva o profissional muitas vezes ao estresse e até mesmo a abandonar a profissão.

Na Educação Infantil a mudança de postura ainda não representa uma sobrecarga ao professor visto que o ensino não é mensurado, o aluno não reprova, no entanto, o acompanhamento existente pela estrutura dos Centros de Educação Infantil e pela Secretaria Municipal de Educação exige a elaboração de planos de aulas, de relatórios individuais que acentuem as dificuldades e aprendizagens das

crianças demonstrando que os profissionais que com elas trabalham estão acompanhando seus desenvolvimentos de perto e também são exigidos deles o trabalho e estimulação das crianças e não somente o cuidado básico.

2.3. A diversidade racial e cultural como parte do currículo.

A escola acolhe as diferenças, o Ministério da Educação ressalta que o ensino público deve conferir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e os Centros de Educação Infantil trabalham com crianças provenientes de qualquer realidade social, embora prioritariamente as de classes mais baixas, mas os discursos discriminatórios estão presentes dentro das famílias. E não somente dentro das famílias, pois o que se observa é que a desigualdade social no Brasil está diretamente relacionada à desigualdade racial, assim, não só em teoria como na prática, pobres e miseráveis são em sua maioria negros, enquanto a classe média e alta é composta majoritariamente por pessoas brancas.

Nosso povo brasileiro não é apenas a união do índio com seu colonizador. Para cá vieram europeus, africanos, asiáticos e pessoas de todo o mundo em determinados momentos históricos. Cada povo contribuiu com seus costumes e tradições na formação de nossa identidade cultural.

Assim, para superar as desigualdades sociais é necessário combater o preconceito às desigualdades culturais e as desigualdades raciais e todas as suas formas de discriminação, que ainda hoje, ocorrem, mesmo que veladas, nas famílias e na sociedade.

Ainda hoje há preconceito com o negro, que no passado viveu como escravo em nosso país, com o mestiço. Há discriminação pela religião da família, com o deficiente físico e as crianças desde cedo ouvem dentro de casa o que seus familiares falam sobre o assunto. Piadinhas sem graça, mas que muitas vezes não são compreendidas pelo adulto como ofensivas, pode produzir na criança um efeito discriminatório que não condiz com a nossa realidade social inclusiva.

A escola precisa trabalhar com a diversidade para desconstruir esses conceitos desde a mais tenra infância, pois a criança não nasce escolhendo amizades pela cor da pele ou pelo tipo do cabelo, mas desde cedo ela aprende a discriminar os demais com os adultos.

Até pouco tempo atrás, os materiais didáticos sempre valorizavam em seus exemplos, imagens e fotografias a criança branca, demonstrando subjetivamente uma superioridade em relação à criança negra, que não se via representada além das menções ao dia 13 de maio ou das falas sobre o tempo de escravidão no Brasil. Nas histórias infantis o negro também sempre retratado ligado à escravidão em muitos momentos constrange a criança e o professor deve atentar à escolha dos materiais que tenham este teor para levar à sala de aula.

ressalta-se que, desde o final do século XIX, a construção da identidade da nação brasileira esteve associada ao desejo da elite de branqueamento da população, apagando – por assim dizer – as marcas (da violência) do processo de escravização. Conforme diversos estudiosos, a ideologia do branqueamento diz respeito à criação de um mecanismo que, filiado a pressupostos deterministas, apoiava a ideia da necessidade de clarear a população. Isso viabilizaria aos poucos o surgimento de um novo tipo racial mais próximo do europeu, de pele mais clara, sem o que seria impossível pensar no progresso e no desenvolvimento da nação. Entender aspectos da ideologia do branqueamento mostra-se importante para compreender como e por que os valores civilizatórios, a história e a herança dos africanos e afro-brasileiros foram até agora desvalorizados ou negados pela escola, que ainda tem seus currículos apoiados apenas na visão europeia de mundo. (SOUZA & CROSO, 2007, p.18)

Pouco a pouco essa realidade vem mudando, no entanto, alguns discursos aparentemente inocentes ainda precisam ser retirados do contexto escolar infantil: “a branquinha”, “a japonesinha”, “o moreninho”, muitas vezes utilizado como adjetivo carinhoso ainda reflete subjetivamente um preconceito que precisa ser eliminado de uma vez por todas. A Lei n. 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais incentivam o trabalho com a cultura negra em seus vários aspectos, mas ainda há muito que se avançar.

O professor também precisa intervir quando na interação das crianças há discurso racista e discriminatório.

Deve agir por dois motivos, em primeiro lugar porque a criança ofendida precisa se sentir amparada e em segundo lugar porque a criança que agrediu verbalmente o colega não pode ter a liberdade de repetir a ação. Ao ser repreendida, ela entende que aquele comportamento não é aceitável e pode retirá-lo de sua prática, mudando seu comportamento.

Toda interação que evidencie o racismo deve servir de reflexão. Não na busca de culpados ou inocentes, porque entre as crianças, em tão tenra idade, a

repetição de discursos racistas ainda não apresentam os mesmos conceitos dos adultos. No entanto é importante que o professor demonstre aos alunos os sentimentos que são envolvidos nas questões raciais. Como o colega se sente quando é ofendido. É importante que a criança seja levada a refletir, a se colocar no lugar do outro para compreender que aquela atitude, que para ela não causou nenhum dano provocou tristeza e sofrimento no colega, que não merecia ser tratado daquela forma.

a ausência de iniciativas diante de conflitos raciais entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação. Diante desses conflitos, o “silêncio” revela conivência com tais procedimentos. Para a criança discriminada indica menosprezo pelo seu sofrimento. E, principalmente explicita que ela não pode contar com nenhum apoio em outras situações semelhantes. (CAVALLEIRO, 2001, p.156)

É preciso cuidar, sobretudo, com a forma como se desenvolve o trabalho com a diversidade dentro da sala de aula. Em muitos momentos o professor diz que vai trabalhar a diversidade, no entanto, através do etnocentrismo educacional o trabalho não é de valorização das diferenças e sim de reconhecimento e formatação, correção, no intuito de formar “a criança ideal” ou de levar as outras crianças a esse patamar imaginário. Esse discurso, apenas acentuará as diferenças, embora subjetivamente.

O investimento na formação do professor para entender e intervir nesta realidade, ainda fica aquém do desejado. Mesmo com as novas políticas educacionais, os problemas da realidade do espaço público educacional se sobressaem como a quantidade de crianças por turma, a possibilidade de se realizar melhores estímulos que fica em segundo plano na rotina apertada do cuidar de muitas crianças ao mesmo tempo e desta forma, nem sempre o mestre que trabalha com os pequenos consegue formar os vínculos adequados. É essencial que os profissionais de educação tenham conhecimento da história do negro, de sua cultura para que então possa intervir de maneira positiva, fazendo parte da realidade desta criança que está sob seus cuidados. Tendo uma visão crítica para se antepor ao currículo caso seja necessário.

é flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Esse fato, além de confirmar o despreparo das educadoras para relacionarem-se com os alunos negros evidencia, também, seu

desinteresse em inclui-los positivamente na vida escolar. Interação com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades. (CAVALLEIRO, 2000, p.35)

Além disso, o trabalho com a diferença racial visa criar o pertencimento. O branco tem que se ver como branco, mas não como superior ao negro. O negro tem que se ver como negro, mas não inferior ao branco. Tem que ter seu orgulho racial, de sua história, da história de seus antepassados. As crianças devem compreender desde cedo que são diferentes, mas não superiores ou inferiores, apenas diferentes e aprender que o respeito às diferenças é essencial para a vida em sociedade.

é necessário que o debate sobre racismo no Brasil atinja, também, o nível de educação infantil e rompa os limites das relações interpessoais para poder adentrar a complexa e intrincada dinâmica das políticas sociais para a criança pequena. (OLIVEIRA, 1994, p. 82)

A diversidade cultural também é assunto de debate e preocupação no contexto escolar, ela não se restringe apenas a questão racial, e o professor deve buscar combater a massificação cultural que acontece não somente no interior da escola como na sociedade e deve começar seu trabalho já com as crianças de educação infantil. O trabalho nesta fase não é precoce e visa à criação de hábitos de convivência mais saudáveis e harmônicos, pois desde a Educação Infantil as interações entre as crianças evidenciam seus pensamentos preconceituosos, seja no que tange à diferença racial, cultural, religiosa, familiar ou até mesmo a diferença corporal. Ainda hoje se vê as práticas de “bullying” com as crianças que fogem à regra: as mais gordinhas, ou as mais magrinhas, as mais baixinhas ou mais altas sem contar nas diferenças raciais onde as crianças negras sofrem preconceito não somente pela cor da pele como pelo tipo do cabelo, enfim. O profissional de educação deve estar atento às interações entre as crianças para que os atos discriminatórios, mesmo os mais velados como, por exemplo, deixar o coleguinha de lado de uma brincadeira seja evidenciado e o comportamento corrigido.

a heterogeneidade, característica presente em qualquer grupo humano, passa a ser vista como fator imprescindível para as interações na sala de aula. Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada criança (e do professor) imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade de troca de repertórios, de visões de mundo, confrontos, ajuda mútua e conseqüentemente ampliação das capacidades individuais. (REGO, 1998, p.63-64)

É importante também a interação entre a família e a escola para que os valores sociais sejam conhecidos e reconhecidos e desta forma possam ser inseridos de forma correta dentro do trabalho escolar, principalmente nas turmas de educação infantil. Os relatos familiares e a interação com a comunidade dará subsídios aos professores para conhecer melhor a clientela com a qual ele trabalha e realizar as intervenções necessárias com aprendizagens mais significativas.

A diversidade não pode ser apenas um conteúdo dentro de um currículo, ela deve ser uma prática inserida no contexto diário de atividades. Uma prática constante e viva que pode ser mencionada ou discutida a qualquer momento, em qualquer oportunidade ou situação. O que se vê normalmente é que em determinado momento do mês ou do bimestre, o professor elabora um projeto intitulado “Diversidade cultural” ou “Trabalhando a diversidade” e então enumera uma série de objetivos que pretende atingir com aquele projeto com duração de uma semana ou um mês, insere uma lista de atividades que supostamente levarão a criança a refletir sobre a situação hipotética, normalmente na Educação Infantil se utiliza de histórias infantis como eixo central e norteador e então se culmina o projeto com frases de efeito, cartazes, faixas, fotos, etc. e o assunto volta para a gaveta dos conhecimentos de onde ele foi retirado momentaneamente para retornar à tona talvez em algum outro momento do ano ou talvez nem retornar.

Cria-se a pseudo impressão de que a escola está realmente preocupada com o tema, visto o destaque dado a ele em determinado momento, no entanto, o brilho é temporário.

A diversidade não é apenas um item do currículo a ser trabalhado ou vencido pelo professor de Educação Infantil, ele é um conceito vivo, intrínseco nas relações diárias entre as crianças e se, em algum momento do ano ganha destaque com um projeto exclusivo que evidencia a preocupação com o tema, este deve ser apenas o ponto de partida e não o de chegada.

a pluralidade cultural, isto é, a diversidade de etnias, crenças, costumes, valores, etc, que caracterizam a população brasileira marca, também as instituições de educação infantil. O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. Assumir um trabalho de acolhimento às diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias significa valorizar e respeitar a diversidade, não implicando a adesão incondicional aos valores do outro. (BRASIL, 1998, p.77)

O governo tem buscado produzir materiais de apoio buscando a reflexão dos professores sobre o tema além de aumentar os conhecimentos destes para que se tornem mais aptos a colocar em prática o assunto dentro de sala de aula.

O livro Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial produzido pelo Ministério da Educação em parceria com outras entidades além de em suas primeiras páginas apresentar referencial e subsídio teórico, apresenta uma sessão de sugestões e atividades práticas, o como o professor deve atuar, o que deve fazer e qual o objetivo da ação. Com uma linguagem simples, objetiva inserir o assunto dentro da rotina das turmas de Educação Infantil sem sobrecarregar o professor na elaboração de projetos, pois já explica claramente o que pode ser feito e a importância de cada ação.

A teoria instrumentaliza o professor, leva-o a reflexão, mas o conhecimento de sua turma, da realidade das crianças, a percepção de suas interações é que dará melhores subsídios para sua efetiva ação que não deve esperar um momento de crise (situação discriminatória) para entrar em cena, pelo contrário, é nas pequenas atitudes do dia a dia da sala de aula que se constrói laços de amizade, de confiança, de interação entre crianças advindas de diferentes realidades, mas que são irmãs. Irmãs na condição de seres humanos, ricos em suas diferenças, únicos e especiais.

A realização do trabalho me apresentou a oportunidade de primeiro analisar um referencial teórico que eu não conhecia por completo. Apesar de trabalhar com Coordenação Pedagógica e ter acesso à leis e conteúdos programáticos, o estudo bibliográfico me abriu outras perspectivas como por exemplo a diversidade pela condição social que é uma vertente do assunto que é pouco explorada e falada. Quando se pensa em diversidade, o que se tem na mente é o trabalho com as diferenças, a criação de laços de amizade e respeito independentemente da condição financeira, da aparência física ou da raça da criança. Também me concedeu a oportunidade de focar o olhar para uma problemática tão intrínseca ao trabalho do professor de Educação Infantil, mas que, sem a devida atenção passa despercebida. Bem sabemos que na atualidade o professor deixou de ser apenas o transmissor de conhecimentos, e pela evolução do sistema capitalista em nossa sociedade, as crianças que a cada dia passam menos tempo com seus pais, tem na escola não somente sua formação acadêmica, mas igualmente necessitam de uma formação de valores pessoais e morais que a família deveria, mas pela soma de muitas razões nem sempre o faz.

As famílias, cada vez menores, trazem à sociedade, crianças que em boa parte de seus primeiros anos de vida, convivem apenas com adultos, os filhos únicos que nem sempre sabem dividir, cooperar ou interagir com crianças de mesma idade. Uma realidade diferente de algumas décadas atrás onde as crianças, cresciam em famílias numerosas, com muitos irmãos e irmãs e já aprendiam vários conceitos sociais nas relações dentro da própria casa.

Os conflitos entre crianças que crescem como o centro de atenção de suas famílias e de repente encontram uma realidade onde precisam compartilhar o tempo do professor e interagir com outros colegas, surgem naturalmente e cabe ao professor ter preparo metodológico para intervir de maneira positiva. Por outro lado, nem sempre é fácil em meio à rotina perceber a discriminação em todas as suas facetas e em muitos momentos o professor só age de forma corretiva, chamando a atenção, repreendendo, explicando que não se pode, levando o aluno a refletir depois que a prática já aconteceu.

Observando turmas de Educação Infantil e conversando com professoras desta etapa do ensino pude perceber que nem sempre é fácil colocar em prática a teoria tão necessária na formação da igualdade com o respeito às diferenças.

Em alguns Centros de Educação Infantil, embora seja respeitado o limite de crianças por sala devido ao espaço físico e garantindo-se a quantidade ideal de professores para os cuidados com os pequenos, o que se nota é que as atividades de rotina tomam muito tempo. É preciso trocar fralda, há vários horários de alimentação, com as crianças menores é necessário dar banho, horário do sono e o tempo para que se realmente trabalhe com valores, com a estimulação física e com conhecimentos é reduzido. Em muitos momentos, ainda se vê na rotina das turmas, principalmente com os menores, quase que o tempo todo preenchido pelas necessidades básicas de higiene e alimentação e o tempo de trabalho realmente pedagógico, reduzido ou inexistente.

Pelo trabalho realizado por meio de projetos, os professores incluem em seus planejamentos o trabalho com a diversidade até porque o assunto faz parte do currículo de todas as turmas, desde as menores, no entanto, existe sim, uma dificuldade para que o assunto se torne vivo durante todo o ano, durante todos os dias pois é preciso também falar de outras coisas, de outros assuntos e o tempo é curto.

Pude observar em alguns planejamentos, ações específicas sobre diversidade. Um dos trabalhos mais comuns é através do livro *Menina Bonita do Laço de Fita* escrito por Ana Maria Machado que apresenta como personagens principais uma menina negra e um coelho. A leitura do livro dá origem a conversas e atividades práticas entre as crianças que primeiramente conhecem a história sem ver as ilustrações para imaginarem os personagens, suas características físicas e depois contrastar com o que realmente a autora criou.

Alguns professores relataram que as crianças realmente repetem os discursos que vivenciam em suas casas e muitas vezes não conseguem se relacionar igualmente com todas as crianças da sala em situações que provavelmente devem ter ouvido algo de seus pais ou parentes próximos. Nota-se a exclusão no momento de alguma brincadeira, nos horários de recreio, na hora de sentar junto e formar um grupinho enfim, sem o olhar atento do profissional essas situações passam quase despercebidas, embora certamente a criança que se sente excluída não fale, mas, vai demonstrar de alguma forma os sentimentos que experimenta, por isso é sempre importante estar atento para que as crianças possam ser corrigidas nessas práticas e aprendam a aceitar os colegas de maneira igualitária quando as situações acontecem, ou seja, na prática, fazendo com que os discursos de diversidade não sejam apenas o projeto com duração limitada dentro de um bimestre, mas uma prática constante dentro das relações da turma durante todo o ano.

Alguns professores também relataram que atualmente existe mais material que fala da diversidade, principalmente a racial, lembraram a inserção e criação de histórias infantis com personagens negros, o que antes quase não se via. As bonecas negras também não faziam parte da rotina dessas educadoras enquanto crianças e hoje fazem parte das vivências das novas gerações.

Muito se avançou no que tange ao planejamento e à preocupação para que todas as crianças se sintam acolhidas dentro do espaço escolar e os professores, dentro de suas possibilidades, estão cada vez mais atentos para este questionamento, fazendo o possível para que o assunto realmente faça parte da prática diária, se torne um assunto vivo e realmente seja assimilado, gerando cidadãos menos preconceituoso em nossa sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de investigação e descobertas sobre a diversidade na Educação Infantil me presenteou com aprendizagens significativas que pretendo transportar para a minha prática diária.

Nossa sociedade é composta pela união das culturas de pessoas de todas as partes do mundo e negar a riqueza cultural dentro do espaço escolar o torna mais pobre além de preconceituoso.

Sendo a escola e o Centro de Educação Infantil um lugar que acolhe as diferenças é essencial que estas sejam respeitadas, mas que também sejam conhecidas.

Décadas após a libertação dos escravos, e com uma sociedade formada em sua maioria por negros e mestiços, ainda hoje a discriminação racial assombra a sociedade e em determinados momentos estampam a capa de jornais e os noticiários da televisão.

Trabalhar a diversidade é extremamente necessário para que a criança, o futuro da nação, aprenda a primeiramente aceitar o outro, da forma como ele é em suas diferenças, como um ser único e especial. E a conviver com o colega num espírito de fraternidade e igualdade. Muito se avançou tanto no que tange às políticas de proteção à infância, às políticas públicas que exigem que a diversidade faça parte dos currículos escolares e inclusive na formação dos professores, que reconhecem que o assunto não é apenas alvo para uma discussão momentânea, no entanto, a vigilância, o olhar atento do professor e principalmente a forma como ele encara o assunto fazem toda a diferença na prática diária com as crianças.

Mais do que apenas intervir nos momentos de conflito o professor tem que antever as situações, agir onde ainda não é necessário, formar valores e enraizar conceitos em suas convivências diárias não somente para que o espaço escolar seja mais harmonioso, mas para que essas crianças quando crescerem seja adultos mais humanos, tolerantes e realmente tornem nosso mundo, um lugar melhor, onde as diferenças sejam respeitadas e onde a condição econômica da pessoa não seja um fator excludente. Enquanto temos leis que garantem igualdade de condições, temos que ter também uma prática que garanta a igualdade no acesso, nas condições, na formação e nas possibilidades de crescimento intelectual e pessoal do cidadão para que este possa não apenas intervir na sociedade, mas transformá-la.

REFERÊNCIAS

AHMAD, Laila Azize Souto. Um breve histórico da Infância e da Instituição de Educação Infantil. Disponível em Partes: < <http://www.partes.com.br/educacao/historicodainfancia.asp>> Acesso em 12 de janeiro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC, 1998.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CAVALLEIRO, Eliane (organizadora) Racismo e Anti-racismo na educação. Repensando nossa escola. Selo Negro Edições. 2001.

GONÇALVES, Renata. A história das creches. Disponível em: Monografias Brasil escola. < <http://monografias.brasilecola.com/pedagogia/a-historia-das-creches.htm>> Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

KISHIMOTO, T. M. A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940). São Paulo. Tese de doutoramento. Faculdade de Educação da USP. 1986.

KRAMER, Sonia. Privação cultural e Educação Compensatória: uma análise crítica. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/586.pdf>> Acesso em: 08 de janeiro de 2015.

MANTOVANI, Maria Cristina. Professores e alunos problema: um círculo vicioso. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

MENEZES & FRANCISCO. Mirella de Souza e Denise Arina. Reflexões sobre as práticas pedagógicas. Editora Feevale. RS. 2009.

OLIVEIRA, Eliana. Relações raciais nas creches municipais de São Paulo. Dissertação de mestrado em Educação: currículo, Pontifícia Universidade de São Paulo, 1994.

PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

REGO, Terezinha Cristina R. Educação, Cultura e Desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais. In: AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus Editorial, 1998.

REVACH, Daniel. As pré-escolas “alternativas”. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/514.pdf>> Acesso em 05 de janeiro de 2015.

SANTOS, Isis Flora. Como se deu o percurso da Educação Infantil no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX? Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/46IsisFloraSantos.pdf>> Acesso em 12 de janeiro de 2015.

SOUZA & CROSO, Ana Lucia Silva e Camila. Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003. São Paulo. Petrópolis. Ação Educativa. 2007.